

Só 11 artigos vão custar ao Governo Cz\$ 2 tri

O cálculo, ainda não oficial, será a arma de Sant'Anna para a supressão no segundo turno

JULIO ALCANTARA



Cabral e Ulysses (na cabeceira) iniciaram ontem, com os relatores adjuntos, a análise de quase 2 mil emendas

Emenda passa por crivo de Ulysses

O presidente da Constituinte Ulysses Guimarães passou toda a tarde de ontem reunido com o relator Bernardo Cabral e os adjuntos, no prédio do Prodasen, quando iniciaram o trabalho de análise e adequação das 1.844 emendas apresentadas às normas do 2º Turno de votação. Surpreso com o resultado da primeira amostragem, o presidente revelou que, ao contrário do que se previa, a grande incidência de emendas não recaiu sobre pontos polêmicos como a questão agrária ou tabelamento dos juros, mas sim sobre aposentadoria dos professores, estabilidade dos funcionários públicos, inelegibilidade de prefeitos ou direito de greve.

Dentro do que os relatores estabeleceram como "critério inicial de triagem", até o início da noite haviam sido examinadas 1.026 emendas. Este trabalho, sempre em conjunto com o presidente da Constituinte Ulysses Guimarães, continua até amanhã, quando então começa a contagem do prazo regimental de 05 dias para que o relator Bernardo Cabral elabore o parecer oficial sobre as emendas apresentadas.

O critério inicial de triagem é dividido em algumas etapas. Em primeiro lugar o presidente Ulysses Guimarães analisa cuidadosamente se as emendas se enquadram dentro das normas fixadas pela Mesa da Constituinte para o 2º Turno. Para diferenciar do 1º Turno, as emendas que não tiveram o caráter de supressivas, de correção de contradição, omissão, erro de linguagem ou correção de técnica legislativa não poderão ser aceitas.

— Eu deixei bem claro nas normas anunciadas inclusive que seriam permitidas apenas quatro emendas individuais, cada uma sobre um artigo específico — explicou Ulysses — do contrário, numa emenda só,

o constituinte poderia sugerir modificações ao artigo 05, ao 30 ou ao artigo 200 de uma só vez. Mas quando há simultaneidade ou concomitância, por um critério liberal, nós vamos aceitar para não prejudicar a primeira emenda.

Se não passarem pelo crivo do presidente Ulysses Guimarães, as emendas ficam prejudicadas e são eliminadas. As que são consideradas regimentais são então encaminhadas ao relator para que ele dê o seu parecer, contrário ou favorável à aprovação, sempre seguindo a ordem dos artigos. Mesmo que receba parecer pela rejeição do relator, as emendas serão submetidas à votação pelo plenário.

Na prática, a diferença entre o parecer favorável e o contrário, é que se o relator opina favoravelmente a emenda tem mais chances de vir a ser aprovada pelo plenário. "Se dou parecer favorável tenho obrigação moral de sustentar a emenda, facilitando o trabalho de convencimento do seu autor pela aprovação", observa Cabral.

Na amostragem inicial feita ontem o relator anunciou que um número acima de 30 emendas, em um bloco de 120, ficavam prejudicadas por não se adequarem às normas regimentais. "Depois que o presidente Ulysses Guimarães manda para mim o bloco de emendas já filtrado, o que ele concorda que esteja dentro dos preceitos regimentais, eu inicio a elaboração dos pareceres. O meu parecer é favorável geralmente dentro do critério adotado de respeitar os acordos do 1º Turno. Quando as emendas são incidentes em matérias disputadas no voto, eu estou opinando de acordo com o que me parece razoável, opinando pela rejeição ou aprovação".

O presidente Ulysses Guimarães — que concedeu um

briefing junto com o relator Bernardo Cabral — anunciou ainda sua disposição de não aceitar o requerimento que o líder do governo Carlos Sant'Anna pretende encaminhar à Mesa, sugerindo uma série de correções ao texto do Projeto. E que o líder do governo não obteve assinaturas suficientes para encaminhar as emendas de correção e contradição listadas pelo governo, encaminhando apenas as emendas supressivas, devidamente priorizadas. Agora, vencido o prazo regimental, o deputado Carlos Sant'Anna tentará o acatamento do requerimento para que o relator faça modificações no texto constitucional.

— Eu vou examinar, mas se o próprio líder Carlos Sant'Anna considera o expediente regimental, como é que eu vou aceitar? — questionou o presidente Ulysses Guimarães, completando: "Eu não posso aceitar. Inclusive já recebi solicitações de alguns companheiros que por alguma razão não puderam apresentar suas emendas em tempo hábil. Se for assim, vamos até às vésperas da votação recebendo emendas", encerrou.

Entre as 1.026 emendas classificadas até ontem à tarde, 28 dizem respeito à aposentadoria dos professores, 19 sobre a estabilidade dos servidores públicos, 16 pedem a supressão da licença paternidade de 08 dias, 10 a jornada ininterrupta de 06 horas, e 09 referem-se ao direito de greve.

Diante deste quadro, o presidente Ulysses Guimarães realizou uma impressão de que qualquer emenda só terá condições de alcançar 280 votos em plenário mediante o acordo de lideranças. "Mas ainda é muito cedo para uma avaliação mais precisa", disse.

Admitida a omissão no caso do DF

O relator Bernardo Cabral informou ontem que acolheu como emendas de omissão todas as propostas apresentadas por constituintes de Brasília para corrigir, no segundo turno, o vazio deixado quanto à indicação de critérios para a escolha do próximo governador do Distrito Federal, até que o povo da cidade eleja seus próprios representantes, em 1990.

Resta agora ao plenário da Constituinte, decidir no segundo turno de votações entre uma das sete emendas ou uma oitava, de autoria do deputado José Lourenço, líder do PFL, que pede simplesmente a supressão do artigo 33 do texto permanente já aprovado, justamente aquele que define a autonomia política, administrativa, legislativa e financeira do DF.

O senador Pompeu de Souza (PSDB) propõe que sejam realizadas eleições para o mandato-tampão 30 dias após promulgada a nova Constituição Sigmaringa Seixas (PSDB) quer que imediatamente após a promulgação tome posse no Palácio do Buriti o presidente do Tribunal de Justiça do DF, que se responsabilizaria por promover eleições dentro de 90 dias. Márcia Kubistchek (PMDB) sugere que a indicação do próximo governador seja feita pelo presidente da República, em 90 dias. Maria de Lourdes Abadia (PSDB) também admite que a indicação caiba ao presidente da República eleito em 1989, mas limitando a escolha entre os membros da bancada de representantes do DF no Congresso. Valmir Campelo (PFL) abre mais leque da escolha em sua proposta, admitindo que o novo governador saia de uma listatrilpe encaminhada pelo Congresso e não composta unicamente de parlamentares do DF.

Os senadores Meira Filho (PMDB) e Maurício Corrêa (PDT) também apresentaram emendas: o primeiro acha que a indicação deve ser feita pelo Presidente, via Senado; o segundo quer que 90 dias após promulgada a nova Carta o Presidente indique um sucessor para José Aparecido. No caso de impedimento deste ou vacância do cargo, Maurício Corrêa já apresenta a solução: assume o presidente da Comissão do Distrito Federal no Senado.

Para se contrapor a todas as outras sete emendas apresentadas por integrantes da bancada de Brasília na Constituinte, o deputado José Lourenço registrou emenda que suprime todo o artigo 33, com seu respectivo caput e parágrafos. E o dispositivo que trata da autonomia política, financeira, administrativa e legislativa do Distrito Federal.

Em suas justificativas, o líder do PFL diz que essa autonomia do DF "contraria toda a concepção subjacente à sua natureza e à sua destinação". Ele acha que, como sede do governo federal e capital da República, Brasília deve ficar "immune às implicações que presidem os clamores das lides estaduais e municipais".

Para ele, a autonomia política do DF só traria prejuízos para a cidade: "As exigências de recursos necessários à sua vida administrativa são elevadas. Somente o próprio governo federal é capaz de suprir em nível adequado os fundos necessários a seu funcionamento, manutenção e desenvolvimento, tendo em vista sua função especial e o bem-estar do seu povo".



Pompeu

RITAMARIA PEREIRA Da Editoria de Política

Dois trilhões de cruzados. Embora um número não oficial, é esse o custo previsto de apenas 11 artigos das disposições transitórias que mereceram a atenção especial da liderança do Governo para as emendas supressivas de segundo turno. O líder Carlos Sant'Anna pedirá agora ao Executivo que calcule com precisão o que representa em dinheiro cada um dos artigos, para de posse destes dados encaminhar não só as negociações com os demais partidos mas também fazer no plenário a advertência sobre a repercussão deles nas metas econômicas.

Sant'Anna, que deve ficar alguns dias fora de Brasília, porque se convenceu de que apenas no dia 25 pela manhã começam efetivamente as negociações, reconheceu ontem que dificilmente terá sucesso na aprovação de mais de 15 das 73 emendas apresentadas por seu grupo no segundo turno. Ele se dispôs a separar aquilo que é óbvio e tem consenso, para então tratar da parte mais polêmica.

O artigo 23, por exemplo, lembrou o líder, cria a marajóbrás ao deixar que o funcionário, não só da ativa como os já aposenta-

dos, escolham a lei que lhe seja mais conveniente para reger sua aposentadoria. E não acha que amarrá-lo às limitações do artigo 20 possa impedir o benefício a milhares de pessoas. O artigo 26, brincou, nos permite dizer que "teremos marechal como diabo", já que os militares também ganhariam muitos benefícios na hora de reformar. Inclusive o de subir alguns postos além do que ocupam na ativa.

O deputado supõe que os acordos serão feitos à medida em que os temas sejam colocados em votação, como aconteceu no primeiro turno. Mas preferia obter uma ampla negociação em torno dos temas principais, por entender que uma boa parte é até suprapartidária. Todavia, alegou que é cedo para falar sobre a receptividade do conteúdo das emendas da liderança.

O título das disposições transitórias é o que mais interessa ao Governo devido a seus custos. Existe um artigo no corpo permanente que também preocupa, o 240) porque desmonta o programa do Pis/Pasep. Por isso tentará suprimi-lo na Integra. A Jornada de seis horas está incluída nas preocupações, porque causaria impacto severo nos custos das empresas que trabalham ininterruptamente. Esse, contudo, parece que será

solucionado por acordo, sem maiores problemas.

Existe ainda os temas políticos. O Governo quer acabar com a censura a ministros, porque é um instrumento do sistema parlamentarista; com o voto aos 16 anos e com a greve nos serviços públicos essenciais. Mas não promoveu nenhuma articulação ainda para o segundo turno. Ontem, os governistas descansavam da tarefa de redigir as emendas, que além das dificuldades para conseguir parâmetros, obrigaram o líder Carlos Sant'Anna a requisitar datilógrafos até nos ministérios, pois tinha que concluir o trabalho antes da meia-noite.

Quanto à parte de estatização da coleta e distribuição de sangue, Carlos Sant'Anna disse que tratará apenas com o profissional da área de saúde. Já pediu ao presidente do Conselho Federal de Medicina que verifique, através de um simpósio, a parte referente aos derivados de sangue, como plasma e gamaglobulina. Se ficar comprovado que a redação como está trará um colapso na disponibilidade dos derivados, revelou o deputado que ajudará a mudar o texto. Isso porém, advertiu, não pode ser uma coisa política nem emocional. E comercialização de sangue não é aceita por ser absurda.

JULIO ALCANTARA



Carlos Sant'Anna examina as repercussões, mas acha que acordo só vai sair no dia 25

Antes do round final, a batalha dos números

SIMONE CALDAS Da Editoria de Política

O que serve a Deus não serve ao diabo, e vice-versa. No Brasil, empresários e trabalhadores também não se entendem quando interesses de classe entram em jogo. Assim tem sido ao longo da história, e os elementos que compõem essa discordância (universal) estão mais expostos que nunca nessa fase final da Constituinte. A guerra começou e os dois lados estão acusando-se mutuamente de estarem "inviabilizando o País". Com essa frase corriqueira, há séculos empresários pretendem retirar do texto constitucional todas as conquistas alcançadas pelos movimentos sindicais.

Os trabalhadores usam o mesmo argumento de forma inversa. Para eles, os direitos permitidos na nova Constituição implantarão no País as raízes do capitalismo moderno. O contrário seria a permanência do atual quadro de miséria e subdesenvolvimento. Para provar que tem razão, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) fez um levantamento do impacto que as mudanças na área trabalhista acarretarão no setor. O Dieese — Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos fez o mesmo.

JORNADA

São vários os pontos de confronto entre as duas categorias, a começar pela diminuição da jornada de trabalho de 48 para 44 horas. Em seu documento, a CNI afirma que a média de horas-trabalho no País é de 45,19 (em 150 empresas pesquisadas). A redução do tempo em 1,19 hora, aumentaria 7% a folha de pagamento. Pelos cálculos do Dieese, esse índice seria de 2,27%. A principal discordância entretanto é no campo das idéias. Enquanto os patrões acreditam em prejuízo iminente, os empregados acenam com 600 mil novos empregos.

Os empresários acham que a medida é inflacionária, pois será repassada para os preços finais do produto. Os trabalhadores dizem que a reabsorção dos desempregados aumentará a demanda no mercado interno, possibilitando um crescimento não inflacionário da economia. O Dieese reconhece que haverá um custo econômico, mas em contrapartida "enorme ganho social".

A CNI diz que "o ônus criado (com todas inovações) terá que ser suprimido pela base econômica da Nação". E aponta o consumidor como o eleito para pagar o pato. O Dieese concorda com a premissa, mas não totalmente. No seu entender, quem tem que arcar com alguma coisa é justamente a classe "privilegiada". Márcio Pochmann, economista do Dieese, fala que a Constituinte só tem razão de ser quando muda as relações sociais até então vigentes. De acordo com ele, a Constituição está vindo para fazer uma melhor distribuição de renda.

A jornada de 44 horas passou por acordo e dificilmente será mudada. Já a jornada máxima de seis horas para turnos ininterruptos tem merecido um bombardeio intensivo por parte do empresariado. Nesse sistema de prestação de serviço, o empregado trabalha atualmente oito horas sem parar. Numa primeira semana ele cumpre sua função à noite. 15 dias depois está escalado pela manhã. Nos outros 15 dias estará à tarde. Esse revezamento constante é a principal causa da reivindicação pelas seis horas.

Segundo o Dieese, o desgaste físico, psíquico e emocional é muito grande. Quando a pessoa está se acostumando a dormir numa determinada hora do dia tem bruscamente mudado seus hábitos, sendo comum nesse campo as doenças psicóticas. A CNI diz que os encargos criados com essa medida são inviáveis. Aponta um aumento médio de 4,73% na folha de salários das indústrias e, respectivamente, 7,13% e 9,5% nos setores siderúrgico e de papel/celulose.

As estimativas da CNI foram feitas sobre os gastos com salários nas empresas industriais. O fato mereceu a crítica do Dieese. Segundo a entidade, os empresários deveriam ter incluído no cálculo todo o universo econômico de uma empresa, inclusive toda a receita orçamentária. No Brasil, as indústrias têm uma média de 52% de lucro líquido, enquanto os salários tomam 17%. Apenas Colômbia, Chile e Venezuela têm uma margem lucrativa parecida com o Brasil — 54%, 60% e 54%. A massa salarial nesses países é de 19%, 19% e 27%, respectivamente. Nos Estados Unidos, o lucro industrial é de 32% (20% a menos que aqui), e os salários ficam com 41% (24% superior ao Brasil).

LICENÇA GESTANTE E PATERNIDADE

Cento e vinte dias para a mulher que dá à luz e oito para o pai da criança, representarão para as indústrias um aumento de 0,9% e 0,13% nos salários, conforme dados da CNI. A informação é contestada pelo Dieese. Segundo o Departamento, as despesas com essas licenças serão pagas pela Previdência e Assistência Social, com fundos providos pelo Pis-Pasep.

conforme ficou aprovado nas Disposições Transitórias do projeto constitucional.

O adicional de férias, estabelecido em um terço a mais dos recebimentos normais, implica um acréscimo de 2,56% nos pagamentos. Para o Dieese, entretanto, computar esse item como aumento de gastos não é honesto, visto que a medida é corriqueira nos dissídios coletivos. "O que a Constituinte vai fazer é uma homogeneização da prática". Além das questões citadas, existem, ainda, aquelas consideradas de efeito mediato, ou a longo prazo. Entre elas, a indenização compensatória, extensão da prescrição nas causas trabalhistas e participação no lucro das empresas.

A Constituinte aprovou que as demissões sem justa causa serão indenizadas em 40% do FGTS. Na pesquisa realizada pela CNI, as despesas empresariais crescerão 2,64%; na agroindústria esse percentual será de 6,16%. Para o Dieese, a aprovação desse dispositivo significa a preocupação dos constituintes com a alta rotatividade no mercado de mão-de-obra nacional. Segundo a entidade, as empresas demitem constantemente para manter baixo o nível salarial. "Defender a supressão do artigo é querer continuar" com essa prática.

Para o Dieese, só haverá adição de custos para aquelas empresas que insistem em contratar e demitir constantemente. A extensão do prazo para prescrever as ações trabalhistas — cinco anos para os urbanos e indefinidamente para o setor rural, provocou a reação dos empresários. De acordo com o setor, esse item afetará o controle administrativo das empresas, "que poderão ser condenadas por não disporem de elementos de comprovação no momento ajuizado", que poderá ser muito depois da demissão do funcionário.

Novamente discorda o Dieese — "só afetará a empresa que não cumpre a legislação trabalhista. A CNI está partindo do pressuposto de que todo mundo desrespeita as leis". Para a participação nos lucros da empresa, o percentual arbitrado pela CNI é de 1%. Já para o Dieese, é nulo, uma vez que a participação nos lucros é simplesmente "o resultado da existência do lucro".

CUSTOS, SEGUNDO A CNI

• Redução da Jornada para 44 horas	6,81%
• Licença gestante de 120 dias	0,09%
• Licença paternidade de 8 dias	0,13%
• Turno de revezamento de seis horas	4,73%
• Salário de férias 1/3 maior	2,56%
• Indenização de 40% FGTS para demissão imotivada	2,64%
• Extensão da prescrição das ações trabalhistas	1,68%
• Participação nos lucros das empresas	1,00%
TOTAL	19,64%

Cálculo em termos percentuais sobre a folha de pagamento das empresas industriais. O Dieese considera os cálculos da CNI "um equívoco", por basear-se apenas na folha de pagamento das indústrias.

Acordos começam ganhar forma

JULIO ALCANTARA

Concluído o prazo para apresentação de emendas, os constituintes começam a discutir possíveis negociações durante o segundo turno de votações. O que no início parecia ser inviável, agora, do Centrão aos partidos de esquerda, todos concordam com possibilidades de acordos em torno de algumas emendas supressivas. O que persistem são algumas resistências, de ambos os lados, quando se trata de matérias consideradas fundamentais a cada setor.

O turno máximo de seis horas de trabalho ininterruptas é um exemplo de como uma negociação poderá ser vitoriosa no segundo turno. Tanto o Centrão, como a liderança do PMDB e até mesmo partidos de esquerda concordam com a supressão da palavra "máximo". A licença-paternidade também está caminhando para um acordo que é o de estabelecer o princípio no texto constitucional remetendo-se a regulamentação para a lei que determinará, caso a caso, a duração da licença.

Segundo previsão do deputado José Lins, (PFL-CE), do Centrão, é possível, além desses itens haver acordo em relação à supressão do voto aos 16 anos e sobre o tabelamento dos juros bancários em 12 por cento. Ele concorda com sugestão do líder do PMDB, deputado Nelson Jobim, de suprimir o número "12", deixando para a lei fixar o percentual dos juros anuais. Em contrapartida esse limite de 12 por cento seria introduzido no capítulo das Disposições Transitórias para vigorar até a elaboração da lei específica. Emenda nesse sentido foi apresentada pelo deputado Paulo Macarini (PMDB-SC) e que, na opinião do deputado Roberto Freire (PCB-PE) é assunto que poderá ser discutido e realçado.

Outro ponto que está a meio caminho diz respeito à ordem de prisão que pode ser efetuada em flagrante ou por ordem de autoridade "judiciária". O Centrão quer suprimir a palavra



Jobim: nada de suprimir o que se acertou antes

"Judiciária" por entender que essa ordem deva ser dada por autoridade competente. No PMDB, trata-se de uma questão a examinar e para Freire é possível haver negociação "desde que sejam dadas certas garantias para se evitar arbitrariedade policial".

A anistia às micro e pequenas empresas não foi objeto de emendas por parte do Centrão (assunto que divide o grupo) mas o PMDB considera ser possível um exame sobre a matéria. Roberto Freire concorda com a supressão total desse tipo de anistia.

A situação começa a complicar quando um dos lados não admite supressão como ocorre com a questão da comercialização do sangue, vedada a entidades privadas. O Centrão quer suprimir essa exigência, o PMDB aceita negociar mas as esquerdas não aceitam, sob nenhuma hipótese, retirar o dispositivo do texto constitucional. Pior ainda será a votação do capítulo da mineração. O Centrão não quer que a atividade esteja concentrada somente nos mãos de empresas brasileiras de capital nacional, enquanto o

PMDB e as esquerdas não admitem a supressão desse item.

O deputado Nelson Jobim informou que o PMDB não pretende suprimir qualquer dispositivo que tenha sido objeto de amplo acordo e discussão durante o primeiro turno. E avisa que a posição da liderança será pela preservação total dos seguintes pontos: reforma tributária, mineração, direitos fundamentais (como greve, que o Centrão pretende alterar), empresa nacional, Jornada de 44 horas de trabalho e CPI da dívida externa.

Para a liderança do PMDB algumas questões ficarão em aberto como é o caso de moção de censura a ministros de Estado, por ser um tema que divide a bancada. Ele também irá examinar os chamados trens da alegria e, por enquanto, nenhuma avaliação a respeito foi feita.

O Centrão ainda não fez um balanço das emendas apresentadas — somente hoje (13) irá saber o total — mas o deputado José Lins informou que o grupo apresentou mais de 80 emendas.